

ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às 14h25min
2 (quatorze horas e vinte e cinco minutos), foi realizada a **66ª Reunião Ordinária do**
3 **Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**, através do aplicativo “Microsoft Teams” e
4 transmitida ao vivo para a população em geral pelo serviço de streaming (YouTube)
5 disponibilizado no site do CMPU (Reuniões 2021), nos termos da Portaria nº 17
6 complementada pela Portaria nº 19/2020/SMDU.G. **Pauta do dia:** 1. Posse dos
7 Conselheiros da Sociedade Civil, constantes da Portaria SGM 379/2021, publicada em 19
8 de outubro de 2021; 2. Comunicações Gerais; 3. Apresentação CMPU; 4. Pactuação dos
9 prazos para a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico - PDE. **01)** O Presidente,
10 Sr. Cesar Azevedo, iniciou a reunião às 14h25min saudando a todos (as) os (as)
11 conselheiros (as) e desejando-lhes pleno êxito nos trabalhos da gestão da Sociedade Civil
12 que ora se inicia. **02)** Em seguida, o representante técnico da Secretaria Municipal de
13 Urbanismo e Licenciamento – SMUL, Sr. Alexandre Pires, introduziu o primeiro item da
14 pauta, passando a palavra para à Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca,
15 que procedeu a leitura na íntegra do nome dos(as) conselheiros(as) da Sociedade Civil,
16 junto ao CMPU, conforme Portaria SGM 379/2021 (D.O.C. 19/10/2021): pelo Segmento
17 Movimento de Moradia, a Entidade: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 -
18 Titular 1: Edilson Henrique Mineiro; Entidade: Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) -
19 Suplente 1: Márcia Maria Fartos Terlizzi; Entidade: Centro de Promoção e Inclusão Social
20 26 de Julho - Titular 2: Eliete Calisto da Cruz e Suplente 2: Welita Alves Caetano Ribeiro;
21 Entidade: Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste - Titular 3: Julieta
22 Aparecida Tolentino de Abraão e Suplente 3: João Paulo Rodrigues de Oliveira; Entidade:
23 Unificação de Lutas de Cortiços e Moradia (ULCM) - Titular 4: Moises Santos Alves de
24 Lucena e Suplente 4: André Delfino da Silva. Pelo Segmento Associações de Bairro,
25 Entidade: Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania - Titular 1: José André de Araújo e
26 Suplente 1: Marisete Aparecida de Souza; Entidade: Sociedade dos Amigos do Planalto
27 Paulista (SAPP) - Titular 2: Lucila Falcão Pessoa Lacrete e Suplente 2: Juliana Milanesi
28 Menna Barreto Prevedel; Entidade: Associação Ambiental e Habitacional João de Barro

29 (AAHJB) - Titular 3: Edenilda das Neves Carneiro Sousa e Suplente 3: Verônica Kroll;
30 Entidade: Associação de Amigos e Moradores pela Preservação do Alto da Lapa e Bela
31 Aliança (ASSAMPALBA) - Titular 4: Roberto Rolnik Cardoso e Suplente 4: Maria Laura
32 Fogaça Zei. Pelo Segmento Setor Empresarial, a Entidade: Sindicato das Empresas de
33 Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São
34 Paulo (SECOVI SP) - Titular 1: Márcio Jeha Chede; Entidade: Associação Brasileira de
35 Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC) - Suplente 1: Juliana Braga Paviato; Entidade:
36 Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo
37 (SINDUSCON) - Titular 2: Patricia Heredia Domingues e Suplente 2: Sérgio Garrido Cincurá;
38 Entidade: Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva
39 (SINAENCO) - Titular 3: Eduardo Sampaio Nardelli; Entidade: Associação Regional dos
40 Escritórios de Arquitetura de São Paulo (AsBEA) - Suplente 3: Luciana Lins Nascimento;
41 Entidade: Associação Comercial de São Paulo (ACSP) - Titular 4: Beatriz Messeder Sanches
42 Jalbut e a Entidade: Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São
43 Paulo (FECOMÉRCIO/SP) - Suplente 4: Eduardo Della Manna. Pelo Segmento Representante
44 dos Trabalhadores, por suas Entidades Sindicais, a Entidade: Central Única dos
45 Trabalhadores (CUT SP) - Titular: Luiz Claudio Marcolino e Suplente: Não Preenchido. Pelo
46 Segmento Organização Não-Governamental (ONG), a Entidade: Instituto de Estudos,
47 Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS) - Titular: Margareth Matiko Uemura e a
48 Entidade: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos - Suplente: Juliana Lemes Avanci.
49 Pelo Segmento Entidades Profissionais, a Entidade: Instituto de Arquitetos do Brasil -
50 Departamento São Paulo (IAB-SP) - Titular: Simone Ferreira Gatti e Suplente: Renato Luiz
51 Sobral Anelli. Pelo Segmento Entidades Acadêmicas e de Pesquisa, a Entidade:
52 Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE) - Titular 1: Viviane Manzione Rubio e
53 Suplente 1: Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim; a Entidade: Faculdade de Arquitetura
54 e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) - Titular 2: Nabil Georges Bonduki e
55 a Entidade: Universidade Nove de Julho (UNINOVE) - Suplente 2: Daniel Todtmann
56 Montandon. Pelo Segmento Movimentos Ambientalistas, a Entidade: Associação dos
57 Mutuários e Moradores da COHAB 1 - Titular 1: Mateus Henrique Berto Muradas e
58 Suplente 1: Paula Rafaela Guabiraba do Nascimento e a Entidade: Instituto Casa da Cidade
59 - Titular 2: Maria Lúcia Ramos Bellenzani e Suplente 2: Cláudia Gibeli Gomes. Pelo

60 Segmento: Movimentos de Mobilidade Urbana a Entidade: Associação dos Ciclistas
61 Urbanos de São Paulo (CICLOCIDADE) - Titular: José Antônio Chinelato Zagato e Suplente:
62 Juliana Trento. Pelo Segmento: Movimentos Culturais, a Entidade: Cooperativa de
63 Trabalho de Artistas - Titular: Thiago Messias Morais da Silva e a Entidade: Cooperativa
64 Paulista de Teatro - Suplente: Ana Carolina Marinho Dantas; Segmento Entidades
65 Religiosas, a Entidade: Mitra Arquidiocesana de São Paulo - Titular: Maria dos Anjos Brás
66 dos Santos e Suplente: Maria Barbosa Rocha Rastele. **03)** Após conferir posse e desejar
67 boas vindas aos novos (as) Conselheiros (as), a Conselheira Titular da SAPP, Sra. Lucila
68 Falcão Pessoa Lacreata, apresentou uma questão de ordem solicitando esclarecimento
69 quanto ao quórum para a instalação da reunião. Em resposta, a Secretária Executiva
70 esclareceu que o Decreto nº 56.268/2015 determina que o quórum para a instalação de
71 uma reunião é de cinquenta por cento mais um em primeira convocação e, após trinta
72 minutos, a reunião pode ser instalada se tiver quórum mínimo de um terço dos
73 representantes; informou também que o CMPU possui sessenta membros, dos quais trinta
74 e quatro são representantes da Sociedade Civil e vinte e seis do poder público, e que na
75 presente reunião, às 14h25min (quatorze horas e vinte e cinco minutos), foi registrada a
76 presença de quarenta e seis conselheiros (as), cumprindo fielmente o quórum para
77 instalação desta reunião. **04)** Em relação ao segundo item de pauta, foi dada posse para os
78 seguintes conselheiros: Conselheira Suplente da Secretaria Municipal da Fazenda (SF), Sra.
79 Claudia Bice Romano, conforme Portaria SGM nº 346/2021 (D.O.C. de 01/10/2021);
80 Conselheiro Suplente da SMUL, Sr. Marcelo Henrique Haneda Pereira, Conselheiras Titular
81 e Suplente da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), Sra. Aline Nascimento Barrozo Torres
82 e Sra. Antonia Soares André de Sousa, respectivamente, Conselheiras Titular e Suplente da
83 Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT), Sra. Paola Rivatto da Silva e Sra.
84 Lilaine Aparecida Bertolucci Sobral, respectivamente, e Conselheira Titular e Conselheiro
85 Suplente da Macrorregião Oeste (Subprefeitura Lapa, Pinheiros e Butantã), Sra. Fernanda
86 Maria de Lima Galdino e Sr. Renato Astorino, respectivamente, conforme Portaria SGM nº
87 379/202 (D.O.C. 27/10/2021). **05)** Em ato contínuo, foi dada ciência do Relatório Anual de
88 2020 do FUNDURB, contendo o Plano de Trabalho para 2021, ambos aprovados pelo
89 Conselho Gestor do FUNDURB, e informado que, perante quaisquer dúvidas, poderiam ser
90 encaminhadas ao e-mail da Secretaria Executiva. **06)** Em seguida, a Secretária Executiva

91 informou sobre a solicitação encaminhada pelo Instituto Bixiga quanto à suspensão da
92 representação junto à Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU) do Sr. Edimilson
93 Peres Castilho e da Sra. Danielle Franco da Rocha, cuja indicação foi validada pelo CMPU.
94 **07)** Em relação ao terceiro item de pauta, tendo em vista as alterações dos representantes
95 da Sociedade Civil junto ao CMPU, com o intuito propedêutico, a Secretária Executiva
96 apresentou os objetivos CMPU, sua composição, os colegiados que possuem
97 representação composta por indicação do CMPU, a saber: Câmara Técnica de Legislação
98 Urbanística (CTLU), CPPU, Conselho Gestor do FUNDURB, Conselho Gestor do Fundo
99 Municipal de Saneamento (FMSAI), Comissão do Patrimônio Imobiliário da Cidade de São
100 Paulo (CMPT) e Comitê Intersecretarial de Monitoramento e Avaliação da Implementação
101 do Plano Diretor Estratégico (CIMPDE); seguida pela breve contextualização de cada um, a
102 quantidade de vagas e os requisitos para ocupá-los; em seguida, listou a quantidade de
103 indicações de cada colegiado e disponibilizou e-mail da Secretaria Executiva do CMPU para
104 que fossem encaminhadas as indicações até o dia vinte e sete de novembro de dois mil e
105 vinte e um, para que sejam validadas na reunião prevista para ocorrer em dezembro de
106 dois mil e vinte e um; por fim, informou a respeito da necessidade de atualizar a
107 composição da Comissão Interna para a elaboração da minuta do Regimento Interno do
108 CMPU (Resolução SMUL.ATECC.CMPU/006/2021), considerando a nova gestão da
109 Sociedade Civil no Conselho, e que os interessados deveriam encaminhar os nomes ao
110 mesmo e-mail contando o mesmo prazo. **08)** Foi passada a palavra para a Conselheira
111 Titular do Conselho Participativo Municipal (CPM) da Macrorregião Centro, Sra. Stela de
112 Camargo da Dalt, que informou que o CPM da Macrorregião Centro já havia encaminhado
113 várias indicações, antes mesmo de terem conhecimento das regras que regem as
114 composições, por tal razão que perguntou se há necessidade de reenviar ou se a
115 solicitação já foi registrada, e questionou se o Sr. Márcio Novaes Coelho Jr. já havia sido
116 empossado, uma vez que o mesmo declarou não estar recebendo as convocações das
117 reuniões da CTLU. Em resposta, a Secretária Executiva informou que o Sr. Márcio Novaes
118 Coelho Jr já foi empossado na CTLU e que verificaria o motivo pelo qual o mesmo não está
119 recebendo as convocações; em relação às indicações, orientou que fossem
120 reencaminhadas, tendo em vista que, com a posse dos representantes da Sociedade Civil
121 eleitos, seria procedida uma atualização na composição geral de todos os conselhos e tais

122 indicações poderão ser utilizadas. **09)** Na sequência, o Conselheiro Titular do Instituto
123 Inácio Monteiro Ação e Cidadania, Sr. José André de Araújo, solicitou o envio do
124 Regimento Interno do CMPU e dos demais Conselhos, assim como a duração de cada
125 mandato nos conselhos, e as exigências legais para os preenchimentos. Em resposta, a
126 Secretária Executiva informou que encaminharia as informações solicitadas. **10)** Antes de
127 iniciar o quarto item de pauta, a Conselheira Titular do IAB-SP, Sra. Simone Ferreira Gatti,
128 informou sobre a possibilidade da realização de novas indicações para o Grupo de
129 Trabalho do PDE. **11)** Na sequência, a Conselheira Suplente da Mitra Arquidiocesana de
130 São Paulo, Sra. Maria Barbosa Rocha Rastelli, indagou como seriam os procedimentos
131 referentes à Carta de Indicação. **12)** Com a palavra, a Conselheira Titular do CPM da
132 Macrorregião Centro, Sra. Stela de Camargo Da Dalt, informou que, na reunião anterior, foi
133 lida uma carta dirigida ao Presidente do CMPU, e que houve uma resposta via e-mail;
134 questionou se poderia realizar a leitura da réplica referida carta, solicitando que constasse
135 no extrato da ata. Em resposta, o representante técnico da SMUL, Sr. Alexandre Pires,
136 propôs que fossem ouvidos todos os inscritos e, ao final das explicações e esclarecimentos,
137 fosse feita a leitura da carta; sugestão acatada pelos presentes. **13)** Com a palavra, a
138 Conselheira Suplente da ASSAMPALBA, Sra. Maria Laura Fogaça Zei, solicitou informações
139 sobre os representantes da Sociedade Civil junto ao FUNDURB e como está o andamento
140 dos trabalhos do Conselho Gestor, tendo em vista sua grande importância. **14)** Na
141 sequência, o Conselheiro Titular da CICLOCIDADE, Sr. José Antônio Chinelato Zagato,
142 solicitou esclarecimento mais detalhado quanto ao regimento interno do CMPU, por se
143 tratar de uma questão estrutural e operacional para o funcionamento do Conselho, que, a
144 seu ver, precede a tomada de decisões e o próximo item da pauta. **15)** Em seguida, a
145 Conselheira Titular do PÓLIS, Sra. Margareth Matiko Uemura, reiterou a solicitação sobre
146 esclarecimentos quanto às indicações a serem realizadas para os colegiados, em relação
147 aos mandatos já vigentes e para quais vagas deverão ser feitas as indicações, assim como o
148 período dos mandatos; em relação ao Grupo de Trabalho mencionado pela Conselheira
149 Titular do IAB-SP, Sra. Simone Ferreira Gatti, indagou que, como a representante do
150 Instituto Pólis no CMPU fazia parte da Comissão, se seria necessário apresentar uma nova
151 indicação ou se a substituição seria automática por quem a substituiu. **16)** Com a palavra, a
152 Secretária Executiva informou que o Grupo de Trabalho do PDE será tratado no próximo

153 item da pauta; em relação a documentação a ser encaminhada para as indicações nos
154 colegiados, esclareceu que, tanto a carta, quanto os demais documentos mencionados na
155 presente reunião, serão enviadas aos Conselheiros via e-mail, sendo necessário imprimir
156 as cartas, preencher com as indicações, assinar, digitalizar e enviar para o e-mail da
157 Secretaria Executiva, sem a necessidade da sua entrega física; sobre os nomes dos
158 representantes da Sociedade Civil junto ao FUNDURB, foi esclarecido que são dois
159 membros do CMPU, um membro do CADES, um membro do Conselho Municipal de
160 Trânsito e Transporte (CMTT) e um do Conselho Municipal de Habitação (CMH), com seus
161 respectivos suplentes, todos com os mandatos em vigor e participando das reuniões e que
162 validaram o encaminhamento do relatório do FUNDURB para o CMPU; sobre o Regimento
163 Interno do CMPU, foi esclarecido que se encontra desatualizado e que existe uma
164 Comissão para a sua revisão, cuja proposta será apresentada ao conselho, apesar de haver
165 um Decreto que o rege e garante o seu funcionamento; em relação à pergunta da
166 Conselheira Titular do PÓLIS, Sra. Margareth Matiko Uemura, relativa aos mandatos,
167 esclareceu que seria enviado o regramento específico de cada colegiado, e informou que
168 existem especificidades de cada um, como a previsão de recondução sucessiva, permitida
169 em uns, em outros, não; informou que serão encaminhados os nomes dos Conselheiros
170 que não poderiam se candidatar novamente; por fim, solicitou à Conselheira Titular do
171 CPM da Macrorregião Centro, Sra. Stela de Camargo Da Dalt, que enviasse a carta que
172 seria lida na sequência, para constar em ata. **17)** Em relação às explicações da Secretária
173 Executiva quanto aos mandatos, a Conselheira Titular do CPM da Macrorregião Sul 2, Sra.
174 Wellyene Gomes Bravo, questionou se estava correta em relação à possibilidade da
175 realização de alterações na composição da Comissão do Regimento Interno, uma vez que
176 já existia uma resolução com a indicação de quatro membros; também lembrou que foi
177 informado anteriormente em reunião do CMPU que seria encaminhada a minuta do
178 Regimento Interno, juntamente com os tramite para a criação da Comissão para revisão do
179 Regimento Interno e tal minuta seria enviada à Comissão para que iniciasse suas
180 atividades, sendo que nem a minuta foi enviada, nem qualquer reunião foi realizada; por
181 fim, solicitou quais seriam os encaminhados definitivos que seriam tomados. **18)** Com a
182 palavra, o Conselheiro Titular do Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania, Sr. José
183 André de Araújo, questionou se a Comissão apontada na fala que lhe antecedeu teria um

184 cronograma com as datas das reuniões, tendo em vista a nova composição de parte da
185 Sociedade Civil no CMPU, sendo de extrema importância a participação dos demais
186 membros na elaboração para que ocorra uma gestão democrática e o controle social;
187 ainda solicitou à Secretária Executiva o calendário das reuniões, visando melhor
188 planejamento dos conselheiros, e também o envio da carta referida pela Conselheira
189 Titular do CPM Macrorregião Centro, Sra. Stela de Camargo Da Dalt. **19)** Em complemento,
190 a Conselheira Titular do CPM da Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo, informou
191 que consta no chat do Microsoft Teams a informação de que o Conselheiro Titular do CPM
192 Macrorregião Leste 2, Sr. Ademilson Ferreira, não conseguiu acompanhar a reunião com as
193 legendas. **20)** Em resposta às questões, a Secretária Executiva informou que a equipe
194 entraria em contato para tentar auxiliar o Conselheiro do CPM Macrorregião Leste 2, Sr.
195 Ademilson Ferreira; esclareceu que não houve alteração na Minuta do Regimento Interno
196 apresentada em fevereiro de dois mil e vinte e um, onde consolidava algumas sugestões
197 levantadas anteriormente em outras reuniões e que já havia sido submetida à Assessoria
198 Jurídica da Secretaria, para averiguar sua consistência legal e, após, seria encaminhada aos
199 Conselheiros após a nova composição da Comissão Interna; também foi esclarecido que a
200 Comissão referida foi formalmente constituída, mas não se reuniu devido a eleição de
201 novos conselheiros, mas que será realizada primeira reunião para pactuar seu
202 funcionamento e periodicidade. **21)** Em tréplica, a Conselheira Titular do CPM da
203 Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo, questionou se não haviam encaminhado
204 nenhuma sugestão para a minuta do regimento interno. Em resposta, a Secretária
205 Executiva esclareceu que haviam sido incorporadas na primeira proposta as sugestões
206 apresentadas durante as reuniões do próprio CMPU. **22)** Na sequência, a palavra foi
207 passada para a Conselheira Titular do CPM da Macrorregião Centro, Sra. Stela de Camargo
208 Da Dalt, solicitando que a carta que a ser lida deveria constar no extrato da ata, assim
209 como deveria ter ocorrido com a outra carta lida em reunião anterior, seguido da leitura:
210 “São Paulo, 28 de outubro de 2021. Prezado Sr. Secretário Municipal de Urbanismo e
211 Licenciamento e demais membros deste Conselho Municipal de Política Urbana. Nós,
212 representantes da Sociedade Civil não empresarial no CMPU abaixo assinados, diante da
213 manifestação da SMUL no Memorando SEI SMUL/CMPU SMUL/ATECC/CMPU/004/2021 de
214 24/09/21 em resposta à nossa carta com a avaliação da metodologia do processo de

215 revisão do PDE encaminhada à SMUL em 16/09/21, gostaríamos de trazer ao vosso
216 conhecimento as ponderações a seguir. 1. Do reconhecimento dos subscritores da carta
217 Conforme definido pela Lei Nº 16.050/ 2014 e normatizado pelo Decreto Nº 56.268/2015,
218 o CMPU tem 60 cadeiras. Destas, 26 são indicação do Poder Público e 34 da Sociedade
219 Civil. As normativas determinam que os representantes do CMPU se definem na
220 “qualidade de membros titulares e respectivos suplentes com direito a voz, mas sem
221 direito a voto”. Dessa maneira, se considerada a composição do conselho no momento de
222 leitura da carta, a Sociedade Civil “não empresarial” estaria representada por 20
223 conselheiros titulares. Durante a reunião extraordinária realizada no dia 16/09/21 foi feita
224 a leitura de carta assinada por 34 membros titulares e suplentes, considerando que, das 20
225 cadeiras da “sociedade não empresarial”, 19 subscreveram a carta, ou seja, 95% (19 de 20)
226 da “sociedade não empresarial” que realmente compunha o CMPU no período, ou
227 aproximadamente 73% da Sociedade Civil, se consideradas as 6 cadeiras da Sociedade Civil
228 “empresarial”. 2. Da precedência da apresentação de diagnósticos sobre outras etapas A
229 principal demanda da carta encaminhada, é a de que os estudos e diagnósticos do PDE,
230 realizados pela FDTE ou outra entidade, sejam apresentados e debatidos com a sociedade
231 antes do início do processo de revisão, portanto, antes das outras etapas, inclusive antes
232 da coleta de contribuições e sugestões da Sociedade Civil. Ao postergar a apresentação
233 dos estudos para depois das reuniões e oficinas destinadas a recolher as contribuições da
234 sociedade, a Prefeitura impede que a população exerça seu direito democrático de obter o
235 transparente e constitucionalmente garantido acesso às informações que balizam,
236 orientam e produzem as conclusões e resultados desses estudos, bem como lhes permita
237 oferecer propostas alternativas e complementares, num processo decisório que garanta
238 amplo direito ao contraditório das inúmeras partes envolvidas, aperfeiçoe suas próprias
239 propostas. Se os técnicos, já familiarizados com o tema, dependem de estudos e análises
240 para viabilizar o trabalho de revisão, com mais razão o grande público precisa ter acesso a
241 estas ferramentas, disponibilizadas de forma ampla, didática e acessível. Trata-se de lhes
242 fornecer insumos e condições efetivas, em linguagem adequada à diversidade social e
243 condições materiais e subjetivas das mais de 12 milhões de pessoas aptas a participar do
244 processo de Revisão do PDE 2014; e, assim, permitir-lhes a oferta de contribuições
245 relevantes. Do contrário, incorre-se no risco concreto, por falta de informação sob tais

246 condições, envio de sugestões que têm pouca ou nenhuma relação com o PDE, como foi
247 possível observar nas contribuições recebidas pelo portal Participe Mais. É importante que
248 o embate jurídico sobre a contratação da FDTE seja solucionado, com observância estrita
249 aos princípios que norteiam a Administração Pública, consoante Artigo 37 da Constituição
250 Federal, para que então a sociedade possa ter acesso ao diagnóstico realizado e então
251 iniciar o processo de revisão do Plano Diretor. 3. Da imprecisão dos processos
252 participativos realizados e a necessidade de se discutir sua metodologia. A literatura de
253 políticas públicas e a experiência de colegiados de participação social amparam
254 solidamente nossa posição de que a simples realização de reuniões não garante que a
255 participação social seja efetiva. A etapa de reuniões temáticas, recentemente concluída
256 pela Prefeitura, se deu de forma limitada, pelas limitações da divulgação realizada e das
257 restrições ao acesso à internet de parte da população. Pouco espaço ao debate foi
258 oferecido aos participantes, sem direito à réplica ou resposta aos questionamentos
259 apresentados no momento das próprias reuniões. Os munícipes presentes se queixaram da
260 falta de informação e da inexistência de um debate ampliado sobre o diagnóstico que lhes
261 permitisse uma melhor compreensão do contexto. Em relação à enquete/busca ativa, cujas
262 respostas perfazem 11 mil das 12 mil contribuições contabilizadas pela Prefeitura,
263 especialistas apontam problemas no controle da base de dados e de amostras dos
264 respondentes, questionam a relevância das perguntas para a revisão e a maneira como são
265 formuladas, entre outros problemas que comprometem a validade técnico-científica da
266 pesquisa conduzida pela administração municipal. Dessa forma, acreditamos que utilizar as
267 enquetes como uma “apreensão intuitiva do grande público”, como aponta o Memorando,
268 não contribui de forma eficaz para qualificar o debate, cuja metodologia deveria ser
269 debatida e pactuada na arena do CMPU, além de produzir eventuais induções de
270 conclusões sem respectiva correspondência estatística ou metodológica e, portanto,
271 cientificamente verificável. Dessa forma, reiteramos a importância da suspensão
272 temporária das oficinas temáticas até a apreciação do recurso relativo à contratação da
273 FDTE. E, independente do resultado desta ação popular, continua pendente a discussão,
274 no âmbito do CMPU, sobre o detalhamento das metodologias e calendários a serem
275 adotados para as oficinas, bem como dos outros processos participativos. Diante do
276 exposto, solicitamos à Prefeitura: * Que primeiro conclua, pelos meios que julgar

277 apropriados, dentro dos requisitos legais e técnicos e com acompanhamento do CMPU, os
278 estudos, análises, avaliações e diagnósticos necessários ao bom andamento do processo
279 de revisão do Plano Diretor Estratégico, antes de prosseguir com outras etapas; * Que
280 proceda à ampla divulgação desses estudos e seus desdobramentos com os membros do
281 CMPU e também com a sociedade, garantindo a acessibilidade e as condições para que
282 sejam compreendidos pela população; * Que, a partir das conclusões e resultados obtidos,
283 se determine, em conjunto com o CMPU, as metodologias para a coleta de contribuições
284 da comunidade, incluindo audiências regionalizadas para a apresentação do diagnóstico e
285 construção de propostas; * Que promova nova rodada de estudos para a definição de
286 conclusões a partir das contribuições recebidas, organize as oficinas territorializadas
287 previstas, audiências públicas e audiências devolutivas, também territorializadas e, por
288 fim, a apresentação do projeto de lei, em cada uma das subprefeituras municipais; * E, por
289 fim, que conceda ao CMPU suas atribuições legais, previstas no Art. 329 da Lei Nº
290 16.050/2014 e no Art. 3º do Decreto Nº 56.268/2015, de debater e apresentar sugestões
291 ao processo de alteração do Plano Diretor Estratégico. Atenciosamente, Conselheiros
292 representantes da Sociedade Civil no CMPU: Edilson Henrique Mineiro - MST Leste 1;
293 Julieta Aparecida Tolentino de Abraão - Associação Trabalhadores Sem Terra Zona Oeste;
294 Osmar Silva Borges - Associação Amigos do Jardim Ipanema; Vani Poletti – ULC; Simone
295 Gatti e Gabriela de Mattos – IABsp; Danielle Cavalcanti Klintowitz e Henrique Frota -
296 Instituto Pólis; Viviane Manzione Rubio e Paulo Olivato - FAU Mackenzie; Renata Esteves
297 de Almeida Andretto e Roberto Rolnik Cardoso - (ASSAMPALBA); Carlos Cruzelhes Filho –
298 Sociedade Amigos do Planalto Paulista (SAPP); Sandra Ramalhos - titular representante
299 do CMTT; Mariana Ferraz Kastrup e Helena Magozzo – Viva Pacaembu por São Paulo;
300 Wellyene Bravo e Alexandre Marx– CPM Sul 2; Stela de Camargo Da Dalt e Francisco
301 Claudio do Nascimento – CPM Macrorregião Centro; Durval Tabach e Rosangela Sivente –
302 CPM Macrorregião Sul 1; Simone Aparecida dos Santos Oliveira e Francisco João Moreirão
303 de Magalhães – CPM Macrorregião Norte 2; Marina Correa da Silva e Fernando Rangel –
304 CPM Norte 1; Maurício de Oliveira e Maria Angélica de Oliveira - CPM Macrorregião Oeste;
305 Elodia Fátima Filippini e Osni Pandori - Macrorregião Leste 1; Ademilson Ferreira da Silva e
306 Maria Aparecida Nunes - CPM macrorregião Leste.” **23)** Em relação ao quarto item da
307 pauta, o Presidente informou que, tendo em vista a realidade atual, considerando o

308 cronograma pactuado no CMPU com a formação anterior, tornou-se inviável o
309 cumprimento do prazo estabelecido no PDE para a entrega de uma eventual proposta de
310 sua revisão ainda no ano de 2021, sendo necessária uma posição do CMPU em relação à
311 proposta de prorrogação do prazo para revisão do PDE; lembrou que tal solicitação
312 possui precedentes na história de São Paulo, quando, em 2006, o Poder Executivo solicitou
313 duas dilações de prazo pelo período de seis meses, que foram aprovadas pela Câmara
314 Municipal; destacou que tal prazo seria necessário para a apresentação de estudos que
315 embasem a revisão do PDE; para tal, seria necessário que a Câmara Municipal alterasse o
316 parágrafo único do artigo 4º do PDE, que tem como a redação “O Executivo deverá
317 encaminhar à Câmara Municipal proposta de revisão deste Plano Diretor, a ser elaborada
318 de forma participativa, em 2021”; ressaltou que, além da inviabilidade do cumprimento do
319 prazo neste ano, entende que a prorrogação permitirá a readequação do processo
320 participativo de acordo com a nova realidade sanitária da cidade, que é inclusive uma
321 demanda do CMPU, intensificando ações presenciais, dialogando também com solicitações
322 por parte dos Conselheiros, conforme a carta lida anteriormente; informou também que o
323 atraso no cumprimento do cronograma tem relação com a suspensão do contrato com a
324 Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), contratada para
325 elaborar e apresentar estudos que subsidiariam os trabalhos e o monitoramento que a
326 secretaria realiza, desde 2014 até a presente data, dos cento e cinquenta indicadores do
327 PDE, considerando o cenário de pandemia, assim como demais cenários, sendo que este
328 estudo colaboraria tanto com o Poder Público, quanto com a Sociedade Civil, tendo em
329 vista que seria publicado e serviria de base para as discussões, assim como as demais
330 sugestões e contribuições já recebidas que foram analisadas, respondidas e algumas
331 utilizadas; por fim, abriu a palavra para que os Conselheiros se manifestassem em relação
332 à proposta de prorrogar o prazo por mais um ciclo, questionando qual seria o melhor
333 modelo e qual seria a posição do CMPU para que fosse sugerida ao Poder Executivo e à
334 Câmara Municipal uma proposta. **24)** Sobre a fala do Presidente, a Conselheira Titular da
335 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, Sra. Aline Cardoso,
336 anunciou que a SMDet apoiará tecnicamente a revisão do PDE, e que a SMUL e a SMDet
337 estão trabalhando de forma conjunta, contando com diversos atores, incluindo parcela da
338 Sociedade Civil para a realização de estudos, inclusive com a contratação da Fundação

339 Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), visando contribuir para o processo de revisão do
340 PDE; ressaltou que se trata de uma oportunidade única para repensar a cidade, tornando-a
341 mais inclusiva, mais competitiva, e que, através dos instrumentos do urbanismo, será
342 possível reduzir as desigualdades da Cidade; informou que considera um marco
343 importante a revogação dos instrumentos de restrição de atividades, de isolamento e de
344 distanciamento em função da pandemia de Covid-19, tratando-se de uma possibilidade da
345 retomada para se pensar em uma cidade que interage e vive suas potencialidades;
346 destacou que há indicadores que mostram a melhora nas atividades econômicas e com a
347 retomada de empregos; no entanto, ainda permanece o desafio de levar as atividades
348 econômica para as periferias, pois os indicadores mostram piora nessas regiões, por tal
349 razão se buscou realizar estudos para que o PDE possibilite incentivar a atividade
350 econômica nas periferias; para tanto, seria necessário mais tempo para a realização de
351 estudos para elaborar uma proposta; trouxe o exemplo da criação de distritos econômicos,
352 com incentivos e melhorias; concluiu sua fala parabenizando a condução dos trabalhos, e
353 reforçou o apoio da SMDet e a necessidade de prorrogar por mais seis, ou nove meses, a
354 revisão do PDE para a elaboração dos estudos e propostas tecnicamente mais embasadas.
355 **25)** Em seguida, a palavra foi passada para o Conselheiro Suplente da FECOMÉRCIO/SP, Sr.
356 Eduardo Della Manna, que informou não haver dúvidas quanto à importância da revisão
357 do PDE, prevista no parágrafo único do artigo quarto da Lei, onde consta sobre a
358 necessidade do Poder Executivo encaminhar em dois mil e um e vinte e um uma proposta
359 de revisão a ser elaborada de forma participativa; informou que um bom sistema de
360 planejamento pressupõe monitoramento constante, que vem sendo feito, e também
361 eventuais correções de rumo, sendo que o processo de revisão é importante para realizar
362 uma análise dos objetivos do PDE e verificar se estão sendo alcançados e, em caso
363 contrário, as razões e propostas para promover as correções de rumo; informou sobre a
364 existência de alguns impedimentos durante o processo de revisão, como a pandemia e, a
365 suspensão da contratação do FDTE, que prejudicou a possibilidade de que fosse realizada
366 uma avaliação mais profunda entre a promulgação da Lei até o momento atual; tendo em
367 vista o contexto mencionado e uma recomendação do Ministério Público, indagou se o
368 Poder Executivo pretende propor à Câmara uma autorização legislativa para prorrogação
369 do prazo e, se o prazo apresentado pela Conselheira Titular de SMDet, Sra. Aline Cardoso,

370 de nove meses, é um prazo factível para concluir o processo de revisão de forma
371 participativa. Em resposta, a Conselheira Titular da SMDET, Sra. Aline Cardoso, esclareceu
372 que o prazo apresentado não se tratava de uma proposta para a revisão do PDE, mas para
373 a conclusão dos estudos que estão sendo conduzidos por sua Secretaria, que subsidiaram a
374 revisão do PDE. **26)** Na sequência, a palavra foi passada para a Conselheira Suplente do
375 CMTT, Sra. Sandra Ramalhão, que considerou haver grande problema na participação
376 social no processo de revisão do PDE; realizou uma breve apresentação, informando
377 integrar a Pastoral da Pessoa com Deficiência e o CMTT, além de ser uma pessoa
378 cadeirante, e atuante em defesa dos direitos das pessoas com deficiência; relatou a baixa
379 participação das pessoas com deficiência neste processo, tratando-se de uma atividade
380 pública que deveria existir acessibilidade, exemplificando através da presença de um
381 intérprete de libras, e trouxe o caso das dificuldades para participar da reunião do
382 Conselheiro Titular do CPM Macrorregião Leste 2, Sr. Ademilson Baia, e os problemas
383 apresentados pelas legendas geradas automaticamente; destacou que estas questões
384 devem ser consideradas no processo de revisão para garantir a participação de todos os
385 segmentos da sociedade, devendo contar com uma divulgação estratégica, audiências
386 temáticas com o tema da pessoa com deficiência; informou que é necessário analisar todas
387 as questões levantadas, como o estudo em elaboração informado anteriormente, para a
388 definição de um novo prazo. **27)** Em seguida, a palavra foi passada para o Conselheiro
389 Titular da FAUUSP, Sr. Nabil Georges Bonduki, que destacou a importância do Poder
390 Público em reconhecer a impossibilidade de finalizar o processo de revisão do PDE neste
391 ano; considerou difícil estabelecer um prazo enquanto não for pactuada a metodologia
392 que será utilizada para este trabalho e propôs que fosse aberto um ponto de pauta para
393 discutir a metodologia na presente reunião, ou que fosse agendada uma próxima para
394 defini-la, e em decorrência desta, estabelecer um cronograma para que seja possível
395 estabelecer um prazo; retomou as falas anteriores sobre a necessidade de existir mais
396 prazo para finalização de estudos e a necessidade de considerar a acessibilidade de
397 pessoas com deficiência, para pensar em como a metodologia pode contemplar esses
398 desafios, incluindo os contidos na carta lida anteriormente; concluiu que primeiro deve ser
399 discutida a metodologia para que seja definido um prazo, em vez do contrário. **28)** Na
400 sequência, a palavra foi passada ao Conselheiro Titular do Instituto Brasileiro Ambiental

401 Lixo Energia Verde - CADES, Sr. Alessandro Luiz Oliveira Azzoni, que ressaltou a dimensão
402 da discussão, e que devem ser realizadas discussões temáticas, assim como regionalizar do
403 processo, com discussões nas Subprefeituras, de modo que a discussão do prazo, o que
404 tende a depender da definição da metodologia, conforme destacado pelo Conselheiro
405 Titular da FAUUSP, Sr. Nabil Georges Bonduki, de modo que considerou pertinente um
406 prazo adicional de, no mínimo, nove a doze meses para a conclusão de um texto que
407 embase uma discussão interna; propôs que sejam definidos a metodologia, as oficinas
408 regionalizadas e discussões temáticas, que resultariam num prazo prolongado para a
409 elaboração de um texto e encaminhamento para a Câmara. **29)** Com a palavra, a
410 Conselheira Titular do PÓLIS, Sra. Margarete Uemura, concordou com as falas anteriores,
411 destacando a importância da revisão do prazo e em pactuar a metodologia do processo de
412 revisão do PDE; informou que compreende “pactuar” como a definição das atividades e as
413 conclusões da Prefeitura em relação ao PDE vigente, os aspectos que a Prefeitura avalia
414 que devem ser revistos, considerando o início do processo participativo, assim como o
415 calendário de participação, os debates com a população e os temáticos, como sugerido
416 anteriormente, devendo ser analisados também o conjunto de estudos e documento que
417 possam contribuir para o processo de revisão do PDE, como o estudo citado pela
418 Conselheira da SMDTE, Sra. Aline Cardoso; por fim, informou que sua proposta converge
419 com a apresentada pelo Conselheiro Titular da FAUUSP, Sr. Nabil Georges Bonduki, de
420 agendar uma reunião para discutir a metodologia e o estabelecimento de calendário para
421 a continuidade do processo. **30)** Na sequência, a palavra foi passada ao Conselheiro
422 Suplente do CPM da Macrorregião Oeste, Sr. Maurício Ramos de Oliveira, que considerou
423 positivo o reconhecimento da impossibilidade de dar prosseguimento ao processo da
424 maneira que estava sendo conduzido, assim como ter uma participação social efetiva da
425 sociedade, garantindo voz e permitindo que o Poder Público possa acolher as solicitações
426 encaminhadas, citando como exemplo a carta que foi lida pela Conselheira Titular do CPM
427 da Macrorregião Centro, Sra. Stela de Camargo Da Dalt; afirmou que os representantes da
428 Sociedade Civil não são contra a revisão do PDE, pois considerou necessária a correção de
429 distorções, principalmente relacionadas aos eixos de estruturação urbana; como
430 integrante do Coletivo Pró-Pinheiros, informou que estas distorções produziram impactos
431 e que há propostas para corrigi-las; sugeriu incluir na metodologia a discussão sobre a

432 capacitação da Sociedade Civil, a fim de que ela possa decidir e apresentar propostas
433 pertinentes, que representem seu anseio sobre a revisão do PDE; reforçou a fala da
434 Conselheira Suplente do CMTT, Sra. Sandra Ramalhos, sobre a dificuldade da participação
435 do Conselheiro Titular do CPM da Macrorregião Leste 2, Sr. Ademilson Ferreira, sobre a
436 necessidade de garantir que o processo seja mais inclusivo; por fim, encerrou retomando
437 sobre a importância do adiamento, para que seja garantido a efetiva participação da
438 Sociedade Civil no processo. **31)** Em seguida, o Conselheiro Titular da Subprefeitura
439 Macrorregião Leste, Sr. Lucas Santos Sorrillo, informou que, apesar de não concordar com
440 o contrato da FDTE, considera prejudicial sua suspensão, gerando a necessidade do
441 adiamento para que os trabalhos sejam realizados de maneira adequada; ressaltou sobre a
442 necessidade do CMPU propor uma data a revisão do PDE, considerando sua relevância;
443 observou que houve uma grande mudança econômica das “periferias” devido à crise
444 econômica em relação ao cenário de 2014, 2015 e 2016, época das discussões para a
445 elaboração do PDE e da Lei de Uso e Ocupação do Solo, sendo que a revisão é um
446 instrumento para captar a dinamicidade da cidade; por fim, reforçou necessário que seja
447 proposto um prazo apropriado que garanta o prosseguimento do processo de forma
448 adequada, com revisão de instrumentos e propôs que o CMPU adiante por um ano o prazo
449 final da revisão do PDE. **32)** Na sequência, o Conselheiro Suplente da UNINOVE, Sr. Daniel
450 Todtmann Montandon, se manifestou apoiando a proposta da SMUL sobre a prorrogação
451 do prazo para a revisão que está prevista no PDE; informou que se sentiu contemplado
452 pela sugestão do Conselheiro Titular da FAUUSP, Sr. Nabil Georges Bonduki, sendo que
453 considera não ser suficiente apenas a prorrogação do prazo, mas revisão da metodologia,
454 com os critérios, a forma de realização dos debates e a sistematização as devolutivas do
455 processo participativo, que são ações que demandam muito trabalho; sugeriu que o
456 debate sobre a metodologia seja realizado em reuniões do CMPU para a consolidação da
457 proposição, considerando que é papel do Conselho realizar a proposta para embasar o
458 encaminhamento do texto para a Câmara. **33)** Em seguida, a Conselheira Titular do IAB-SP,
459 Sra. Simone Ferreira Gatti, corroborou com a proposta de adiamento do prazo para a
460 revisão do PDE, dado que, com o tempo restante do ano, não seria possível cumprir com a
461 agenda anteriormente proposta; reiterou as considerações levantadas pelos Conselheiros
462 em relação à metodologia, tendo em vista as críticas que foram feitas ao processo da

463 revisão do PDE até o momento ocorreram por uma falta de pactuação da metodologia,
464 sendo que, a seu ver, o que fora realizado ocorreu sem um profundo debate no âmbito do
465 CMPU, gerando uma série de insatisfações, incertezas e imprecisões; destacou que os
466 representantes do CMPU têm o respaldo da Sociedade Civil para representá-la e contribuir
467 neste processo, sendo importante que não cometam os mesmos erros; pontuou que o
468 processo deve ser iniciado novamente, levando em consideração os esforços já realizados
469 pela Secretaria, mas que pactue a metodologia no âmbito do CMPU, local legalmente
470 instituído para a realização dos debates da revisão do PDE; em relação ao prazo, declarou
471 que ninguém se interessa em estendê-lo excessivamente, no entanto, ponderou ser
472 necessário existir uma elasticidade, visto que, existe uma ação judicial sobre o projeto da
473 FDTE e não há uma data prevista para a resolução do impasse; reiterou acerca das
474 manifestações relacionadas à metodologia, que inclua o trabalho do diagnóstico,
475 considerado além de sua exposição, mas que seja debatido em oficinas de propostas, com
476 devolutivas e debates com a população do Projeto de Lei (PL); reforçou a proposta do
477 Conselheiro Titular da FAUUSP, Sr. Nabil Georges Bonduki, para que seja realizada uma
478 reunião específica para o debate da metodologia com contribuições. **34)** Na sequência, a
479 Conselheira Titular da AAHJB, Sra. Edenilda das Neves Carneiro Souza, considerou
480 fundamental garantir a participação social no processo de revisão do PDE, frente os
481 impedimentos causados pela pandemia, de modo que a prorrogação do prazo seria
482 razoável para a realização do processo no ano seguinte; sugeriu incluir na proposta de que
483 seja apresentado um cronograma em uma reunião seguinte, constando as audiências
484 temáticas e regionalizadas, considerando que existe uma concordância em relação à
485 prorrogação do prazo, sendo possível realizar estudos e definir um cronograma para 2022,
486 que seja viável para a revisão. **35)** Com a palavra, a Conselheira Titular da SAPP, Sra. Lucila
487 Falcão Pessoa Lacrete, parabenizou o início do mandato dos novos Conselheiros e desejou
488 que todos possam realizar um profícuo trabalho, tão importante para cidade nessa
489 próxima gestão; em relação ao prazo, considerou precipitado defini-lo, por conta de existir
490 inúmeras variantes, como os processos judiciais, a pandemia, o contexto sócio-político;
491 por tal razão, concebeu importante que a Prefeitura apresente uma metodologia e um
492 diagnóstico para que o Conselho o aperfeiçoe em conjunto com a Sociedade Civil;
493 informou ainda que a solicitação de prorrogação do prazo foi motivada pela pandemia, um

494 cenário imprevisto que impossibilitou um amplo acesso das pessoas às discussões e ao seu
495 conteúdo; destacou a necessidade de primeiro estabelecer o sistema de trabalho e a
496 metodologia antes de definir um prazo de forma mais coerente; solicitou que a Carta
497 anteriormente lida pela Conselheira Titular do CPM da Macrorregião Centro, Sra. Stella
498 Camargo Da Dalt, seja considerada, uma vez que apresenta uma série de providências a
499 serem adotadas, de acordo com a posição apresentada e pediu que essa carta seja
500 respondida levando em consideração o novo escopo proposto pela SMUL. **36)** Dando
501 continuidade, o Conselheiro Titular do Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania, Sr. José
502 André de Araújo, destacou a importância de discutir a metodologia do processo de revisão
503 do PDE, especialmente das reuniões do Conselho, sendo que a análise do regimento
504 interno já se enquadra como um início deste processo, assim como a disponibilização de
505 documentos, que permite a realização dos debates; propôs que a Secretaria apresente
506 uma Prestação de Contas do que já fora realizado, para embasar a definição do prazo com
507 base em um planejamento; não considerou possível delimitar um prazo no momento da
508 reunião, devido à questões jurídicas; parabenizou a Conselheira Titular da SMDET, Sra.
509 Aline Cardoso, que realizou um diagnóstico da sua Pasta, e sugeriu que o mesmo fosse
510 realizado pelas demais; destacou que a revisão do PDE é uma questão pontual e
511 intermediária, devendo ser apresentado um diagnóstico e uma metodologia, garantindo a
512 participação popular, uma vez seu parágrafo único do artigo quarto dispõe que a revisão
513 deve ser elaborada de maneira participativa, forma que, de seu ponto de vista, não
514 ocorreu, pois as alterações não contemplaram as necessidades da população; ressaltou a
515 importância da linguagem adotada na comunicação com a Sociedade Civil, a definição da
516 metodologia e a garantia ao acesso da população, utilizando como exemplo a discussão
517 sobre regularização fundiária, em que pessoas interessadas tiveram dificuldade de acesso;
518 concluiu sua fala ressaltando que há diversas questões que devem ser resolvidas
519 anteriormente a definição do prazo, e que deve haver um planejamento incluindo o CMPU
520 como forma de garantir maior eficácia na tomada de decisões. **37)** Em seguida, a
521 Conselheira Titular do CPM da Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo, informou
522 sobre seu contentamento pelo fato do Poder Público ter reconhecido o papel e as
523 contribuições apresentadas durante o ano pela Sociedade Civil no CMPU; destacou que o
524 CMPU possui atribuições que foram colocadas em segundo plano, que possuem interface

525 com outras discussões levantadas durante a reunião, como pela Conselheira Titular de
526 SMDet, Sra. Aline Cardoso, referente ao desenvolvimento econômico em diversos
527 territórios e o crescimento do setor imobiliário; considerou ser visível a distorção dos
528 objetivos do PDE, por não ter realizado sua proposta de redução das desigualdades
529 territoriais e a construção de habitação de interesse social; ressaltou que no tema
530 desenvolvimento econômico, dentro do prazo de um ano, existem ações que podem ser
531 tomadas; por fim, informou que deve ser desenvolvido um cronograma e metodologia
532 para que o CMPU aborde outros assuntos além da revisão do PDE, tendo em vista a
533 complexidade do município. **38)** Na sequência, o Conselheiro Suplente do CPM da
534 Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, considerou que o prazo
535 deve ser determinado conforme o trabalho a ser realizado, sendo necessário definir metas
536 para guiar a discussão; informou também sobre a questão judicial em relação ao FDTE,
537 cuja resolução depende da justiça, e concebeu que a Administração Municipal pode
538 realizar o diagnóstico sem a FDTE; afirmou ser correta a proposta de concentrar esforços
539 em torno da discussão de um método, também constante na Carta apresentada
540 anteriormente e apoiou a proposta da realização de uma reunião extraordinária para
541 tratar do assunto, assim como a definição de uma meta para orientação dos trabalhos;
542 considerou razoável apresentar à Câmara Municipal o prazo proposto até trinta e um de
543 dezembro de dois mil e vinte e dois, destacando a importância de haver certa flexibilidade,
544 tendo em vista a necessidade de solucionar a questão do diagnóstico e a discussão da
545 metodologia. **39)** Em seguida, o Conselheiro Titular da CICLOCIDADE, Sr. José Antônio
546 Chinelato Zagato, reforçou as colocações anteriores sobre o vínculo do prazo a uma
547 metodologia; ressaltou que a pandemia foi um momento que demonstrou a importância
548 da ciência como orientadora para decisões públicas, apesar de não ter sido utilizada em
549 muitos casos; destacou que, em um caso médico, é necessário realizar um diagnóstico para
550 que ocorra a prescrição de um tratamento, utilizando o exemplo como analogia para expor
551 que no ciclo de políticas públicas, a etapa de diagnóstico precede a formulação, e a etapa
552 de monitoramento e avaliação é base para a elaboração de um diagnóstico, da mesma
553 forma que existem locais que deveriam produzir informações acerca desse
554 monitoramento, como o CIMPDE, que o CMPU possui representação, e considerou que
555 essas informações deveriam ser repassadas constantemente ao CMPU, sem a necessidade

556 da realização do mesmo trabalho por uma empresa terceirizada; por fim, informou da
557 existência de um Comitê Gestor da SMUL, em que fazem parte membros do CMPU e são
558 tomadas decisões em reuniões que não são públicas, mas que demandam transparência.
559 **40)** Em nova fala, a Conselheira Titular do CPM da Macrorregião Centro, Sra. Stela de
560 Camargo da Dalt, saudou a iniciativa da Prefeitura e da Secretaria por entender que a
561 prorrogação representa um novo começo, em que será possível corrigir erros do processo
562 de revisão; destacou a importância dos estudos já citados e do diagnóstico, como sendo
563 norteadores essenciais para a revisão do PDE, bem como a forma como tais dados serão
564 disponibilizados para o CMPU e para a sociedade, para que, a partir deste momento, seja
565 possível ampliar o processo participativo; concordou com as falas que citaram a
566 necessidade de que existam dois processos: o da metodologia, onde se definirá a
567 participação social, as audiências e as devolutivas e do plano de trabalho para a realização
568 da revisão, considerando uma flexibilidade para a resolução de questões; considerou
569 também ser uma oportunidade para reforçar o papel do CMPU e garantir que a revisão
570 seja realizada como o processo ocorrido em dois mil e quatorze. **41)** Em seguida, a
571 Conselheira Titular da ACSP, Sra. Beatriz Messeder Sanches, concordou com as
572 manifestações anteriores em relação à insegurança jurídica gerada a partir da paralisação
573 de todos os processos, em especial da revisão do PDE; ponderou ser fundamental que se
574 estabeleça uma nova metodologia ao longo do próximo ano, sem que seja descartado os
575 trabalhos realizados anteriormente; ao fim, solicitou informações sobre o envio de pedido
576 para a Câmara de São Paulo de prorrogação de prazo. **42)** Na sequência, a Conselheira
577 Suplente da AAHJB, Sra. Verônica Kroll, informou também ser Conselheira do CMH e que
578 acompanhou desde a primeira discussão da formação do PDE, e entende que se trata de
579 uma diretriz fundamental para a Cidade, assim como a definição do método de como serão
580 feitas as discussões; relatou que atualmente há altos índices de desemprego, uma crise de
581 fome, e um crescente número de pessoas em situação de rua; considerou que a Sociedade
582 Civil está capacitada efetuar as discussões, desde que o método seja definido, e que ao
583 final de dois mil e vinte e dois o trabalho poderá ter sido realizado. **43)** Em seguida, a
584 Conselheira Suplente do CPM da Macrorregião Oeste, Maria Angélica Oliveira, escreveu no
585 chat, que, por problemas com seu aparelho, declarou apoio aos colegas do CPM
586 representantes da Sociedade Civil e que a metodologia seja desenvolvida considerando

587 acessibilidade, equidade, transparência, capacitação, oficinas populares e ampla
588 participação social. **44)** Com a palavra, o Presidente informou que as falas demonstram
589 que há um alinhamento em relação à necessidade da prorrogação do prazo; sobre a
590 indagação apresentada pela Conselheira Titular da ASCP, Sra. Beatriz Messeder Sanches,
591 esclareceu que o Prefeito entendeu que não seria possível concluir no atual ano com a
592 revisão do PDE, razão que levou a declarar à imprensa que encaminharia à Câmara o
593 pedido de dilação de prazo, mas que a sugestão do prazo será definido na presente
594 reunião; a partir das falas, compreendeu que todos concordam com a impossibilidade em
595 definir uma data de encerramento da revisão do PDE; informou que será considerado o
596 trabalho realizado previamente no processo de revisão, contando com a participação da
597 sociedade e material publicado, mas que é necessário determinar um prazo de
598 encerramento, assim como ocorrido em dois mil e quatorze, quando se determinou o
599 prazo que a revisão fosse realizada; para tanto, também será necessário alterar a parte
600 final do parágrafo único do artigo quarto do PDE, modificando a redação para dois mil e
601 vinte e dois a revisão do PDE; caso acolhida a proposta, declarou assumir a tarefa de
602 receber as sugestões da formatação dos próximos eventos de participação social, cujas
603 contribuições seriam sistematizadas pela Secretaria e devolvidas para que os Conselheiros,
604 num prazo de até trinta dias e contendo o cronograma. **45)** Sobre o exposto, o Conselheiro
605 Titular da FAUUSP, Sr. Nabil Georges Bonduki, compreendeu as colocações sobre a
606 necessidade do prazo ser definido antes da metodologia, para que se cumpra o requisito
607 legal, e propôs a inserção de um segundo parágrafo neste mesmo artigo (quarto)
608 compreendendo algo similar a: o prazo poderá ser prorrogado por mais um ano, desde que
609 a Prefeitura apresente justificativa e demonstre que o processo está sendo encaminhado
610 adequadamente nesse período; afirmou que com a flexibilidade do prazo será possível
611 equacionar a questão da metodologia e da entidade responsável pela consultoria; por fim,
612 lembrou que no próximo ano acontecerão eleições, fato que, a partir de sua experiência,
613 revelou dificultar os processos participativos. **46)** Em seguida, a Conselheira Titular do CPM
614 Macrorregião Leste 1, Sra. Elodia Fátima Fillipini, concordou com a proposta de
615 prorrogação do prazo e do destaque dado à metodologia, especialmente com a
616 importância da capacitação da população para a revisão do PDE; relatou que sua região de
617 atuação possui quase um milhão de habitantes, dos quais, as pessoas de terceira idade, os

618 portadores de deficiência e a camada mais carente, são os que mais têm dificuldade em
619 entender o que é o PDE, razão que levou a destacar a necessidade de incorporar tal
620 população no processo participativo. **47)** Na sequência, a Conselheira Titular da SAPP, Sra.
621 Lucila Falcão Pessoa Lacreta, afirmou que, a partir das declarações do Presidente, que algo
622 deve ter acontecido no “prazo político”, uma vez que o Prefeito declarou que não enviaria
623 a minuta do PDE neste ano; considerou necessária a cautela com a definição do prazo, pois
624 a própria experiência da revisão do PDE demonstrou que as limitações de prazos tendem a
625 se frustrar; considerou que o mais importante é construir uma proposta tecnicamente e
626 juridicamente embasada e que eventuais prorrogações não poderiam ser aceitas frente a
627 seriedade da discussão envolvida, realizada numa das cidades mais importantes do
628 mundo; por fim, visto que o CMPU tem como atribuição auxiliar na elaboração e gestão de
629 políticas, propôs que o Presidente realize uma série de reuniões extraordinárias para que
630 se chegue em uma proposta. **48)** Em seguida, o Conselheiro Suplente do CPM
631 Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, expôs suas
632 preocupações em relação às implicações jurídicas que a Prefeitura teria caso não enviasse
633 para a Câmara a proposta de prorrogação do prazo para a revisão do PDE; informou que
634 foi noticiado pela imprensa que o Presidente da Câmara declarou que a própria Câmara
635 solicitará o envio da revisão do PDE, caso o executivo não envie; propôs que seja marcada
636 uma reunião extraordinária do CMPU para discutir a minuta de metodologia, cronograma,
637 e que o material seja enviado previamente aos Conselheiros, para que enviem suas
638 sugestões, das quais, muitas já foram discutidas em reuniões, para chegar a uma proposta
639 única de prazo a ser definido. **49)** Na sequência, o Conselheiro Titular da CICLOCIDADE, Sr.
640 José Antonio Chinelato Zagato, retomou os pontos elencados por outros Conselheiros
641 referentes à experiência participativa do CMPU durante a formulação do PDE e que sejam
642 utilizadas como referência; sobre o prazo da revisão, sugeriu que fosse considerado o
643 presente no Estatuto das Cidades de dez anos – até dois mil e vinte e quatro –; desta
644 forma, levando em conta todas as atividades já realizadas, e as próximas ampliando a
645 participação social, promovendo muitas atividades, com diagnóstico transparente,
646 apresentado antes com metodologia, concebeu a possibilidade da conclusão da revisão
647 ocorrer até o fim de dois mil e vinte e dois; advertiu que se manter as atividades como as
648 realizadas no atual ano, dificilmente conseguirá manter o prazo estabelecido; ao fim,

649 reiterou as colocações dos Conselheiros que o antecederam relacionadas ao tema. **50)** Em
650 seguida, o Conselheiro Suplente da UNINOVE, Sr. Daniel Todtmann Montandon, concordou
651 com a sugestão feita pelo Conselheiro Titular da FAUUSP, Sr. Nabil Georges Bonduki,
652 relativa ao prazo, mas concebeu que cumpre ao CMPU a recomendação do prazo, talvez
653 expresso na forma de uma Resolução; expressou sua preocupação sobre a fala inicial do
654 Presidente ter afirmado a respeito da construção do processo de revisão, mas que não foi
655 concluído e sugeriu que o Poder Executivo avalie o diagnóstico produzido pelo contrato e
656 sobre tal material, que seja enviado ao CMPU para que possam apresentaram
657 contribuições. **51)** Na sequência, o Conselheiro Titular do Instituto Inácio Monteiro Ação e
658 Cidadania, Sr. José André de Araújo, afirmou que, a seu ver, o origem dos problemas
659 enfrentados se encontram na origem da contratação, que originou a ação popular, como
660 ocorreu com a Parceria Público Privada (PPP) da habitação; pensando no processo como
661 uma construção, afirmou que continua-lo sem discutir sua metodologia seria como
662 construir uma casa sem sua planta, para tanto, propôs a realização de uma reunião
663 extraordinária onde todo o material deve ser encaminhado anteriormente para ser
664 discutido e resolver o problema do diagnóstico, caso contrário, poderão haver muitos
665 problemas no futuro; sugeriu a aplicação da súmula quatro e setenta e três do Supremo
666 Tribunal Federal, que possibilita reiniciar o processo referente a assessoria, ou enfrentará
667 o mesmo problema futuramente. **52)** Em seguida, o Conselheiro Titular da ASSAMPALBA,
668 Sr. Roberto Rolnik Cardoso, concordou com os outros Conselheiros em relação à
669 importância em não delimitar uma data no momento e sobre a definição da metodologia e
670 sugeriu a realização de nova reunião para defini-la. **53)** Na sequência, o Conselheiro Titular
671 do MST LESTE 1, Sr. Edilson Henrique Mineiro, lembrou da posição do Ministério Público
672 que declarou que não penalizará a Prefeitura se não realizar o processo de revisão do PDE
673 em dois mil e vinte e um, por conta da situação excepcional da pandemia, motivo que
674 permite conduzir o processo sem urgência de seu envio à Câmara; considerou que tal
675 cenário é uma oportunidade para a construção de uma proposta consensuada entre o
676 Poder Público e os diversos setores da Sociedade Civil, inclusive contando com a
677 elaboração detalhada de metodologia, nas formas de divulgação e elaboração de estudos
678 que a embase, formas de realização de devolutivas; a seu ver, é notável que entre os
679 presentes há uma intenção de que seja realizada uma reunião extraordinária para tratar da

680 questão metodológica; propôs não que o debate seja postergado, mas que contemple as
681 contribuições realizadas e posteriormente avançar para uma revisão da flexibilidade de
682 prazo, como propôs o Conselheiro Titular da FAUUSP, Sr. Nabil Georges Bonduki; declarou
683 que o espaço do CMPU é um espaço de “pactuação” e, como Conselheiro da Sociedade
684 Civil, anunciou que possui a intenção em pactuar, mas que não é possível de ser feita na
685 presente reunião, lembrando que os Conselheiros devem consultar a proposta com as
686 organizações que representam; encerrou declarando acreditar que sua proposta trará um
687 ganho para a Administração Pública, e, se for como sugerido, terá como resultado o
688 aspecto crítico da proposta, e será defendida pelos Conselheiros, caso seja construída
689 democraticamente. **54)** Em seguida, o Presidente compreendeu que a proposta
690 apresentada se encontra em consonância com a discussão trazida de ser construída
691 conjuntamente, razão que estipulou o prazo de vinte dias para que os Conselheiros
692 apresentassem suas sugestões, seguida da sua sistematização a serem devolvidas ao CMPU
693 para debates; caso não sejam enviadas, sugeriu que a própria Secretaria realize um
694 levantamento e apresente como Pauta a respeito dos próximos eventos; informou que não
695 haverá prejuízo sobre o que foi construído até então; considerou a proposta de estipular o
696 prazo de um ano para concluir a Revisão do PDE, podendo ser prorrogado por mais um
697 ano, desde que devidamente justificado; reforçou que é imprescindível que o Conselho
698 encaminhe uma proposta para a Câmara; ressaltou que as propostas e posicionamento
699 têm sido feitos de forma adulta e, mesmo com uma composição diferente da atual, todas
700 as propostas, posicionamentos e encaminhamentos feitos foram recebidos com respeito e
701 seriedade; informou que a SMUL realiza o monitoramento do PDE e se encontra
702 disponibilizado com as atividades desde dois mil e quatorze; sobre a suspensão do
703 contrato com a FDTE, compreendeu que é primeiro necessário resolvê-lo para depois
704 definir como serão os próximos eventos; em regime de votação, foi iniciada a deliberação
705 da proposta apresentada pelo Conselheiro Titular da FAUUSP, Sr. Nabil Georges Bonduki,
706 de que o CMPU sugira ao Poder Executivo Municipal que encaminhe para a Câmara
707 Municipal de São Paulo a prorrogação por doze meses, mantida a autorização prévia,
708 desde que devidamente justificada a impossibilidade de continuidade, por mais doze
709 meses, para a apresentação do PL revisão do PDE; foi solicitado que os Conselheiros
710 contrários a proposta se manifestassem erguendo a mão no aplicativo. **55)** Após a

711 suspensão do regime de deliberação e realizado os esclarecimentos sobre o teor do objeto
712 em deliberação das questões apresentadas pelas Conselheiras Titular do IAB-SP, Sra.
713 Simone Gatti, e Titular do Mackenzie, Sra. Viviane Manzione Rubio, o Conselheiro Titular
714 do Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania, Sr. José André de Araújo, afirmou que há
715 outras propostas além da apresentada pelo Conselheiro Titular da FAUUSP, Sr. Nabil
716 George Bonduki. Em resposta, o Presidente informou que, perante um número maior de
717 votos contrários à proposta, poderá ser iniciada a votação das outras propostas. **56)** Em
718 seguida, o Conselheiro Titular da FAUUSP, Sr. Nabil George Bonduki, indagou sobre a data
719 limite para a PMSP enviar a proposta para a Câmara e quando seria possível marcar uma
720 reunião extraordinária para realizar uma proposta mais definitiva; ressaltou não se
721 mostrar contrário à proposta, mas preocupado com a necessidade de cumprir com os
722 prazos legais para que seja realizada. Em resposta, o Presidente concordou com a fala, e
723 com a necessidade de que o Poder Executivo apresente uma proposta, uma vez que ainda
724 deverá ser tramitada internamente no Poder Executivo para que posteriormente seja
725 enviada ao Poder Legislativo, além das agendas de comissões e demais ritos; destacou que
726 o envio da sugestão não impede que o CMPU continue discutindo a metodologia após o
727 envio da proposta. **57)** Em regime de deliberação, dentre os cinquenta e um Conselheiros
728 presentes, foram identificados como nove que levantaram a mão, a saber: Edilson
729 Henrique Mineiro (Titular -MST LESTE 1), Elodia Fátima Filippini (Titular - CPM -
730 Macrorregião Leste 1), José André de Araújo (Titular - Instituto Inácio Monteiro Ação e
731 Cidadania), Lucila Falcão Pessoa Lacreta (Titular - SAPP), Juliana Milanesi Menna Barreto
732 Prevedel (Suplente - SAPP), Stela de Camargo da Dalt (Titular - CPM - Macrorregião
733 Centro), Wellyene Gomes Bravo (Titular - CPM - Macrorregião Sul 2), José Antônio
734 Chinelato Zagato (Titular - Ciclocidade), Cláudia Gibeli Gomes (Suplente - Instituto Casa da
735 Cidade). **58)** Sobre a votação, o Conselheiro Titular do MST LESTE 1, Sr. Edilson Henrique
736 Mineiro, declarou que seu voto não é contra a proposta apresentada pelo Conselheiro
737 Titular da FAUUSP, Sr. Nabil Georges Bonduki, mas que seria melhor terem pactuado a
738 metodologia anteriormente ao envio do PL. **59)** Também sobre a votação, a Conselheira
739 Titular do CPM da Macrorregião Centro, Sra. Stela de Camargo Da Dalt, declarou seu voto
740 corroborando com a fala do Conselheiro Titular do MST LESTE 1, Sr. Edilson Henrique
741 Mineiro, sobre não ser contrária à proposta apresentada pelo Conselheiro Titular da

742 FAUUSP, Sr. Nabil Georges Bonduki, mas que a metodologia deveria ter sido debatida
743 previamente. O mesmo posicionamento foi aderido pela Conselheira Titular da SAPP, Sra.
744 Lucila Falcão Pessoa Lacrete. **60)** Em relação aos votos registrados, a Secretária Executiva
745 ressaltou que não são nove votos contrários, uma vez que, dentre os presentes, existem
746 suplentes que seus respectivos titulares se encontram presentes, de modo que o voto não
747 é computado. **61)** Em seguida, a Conselheira Titular do IAB-SP, Sra. Simone Gatti, declarou
748 que entende que o objeto da deliberação não exclui a proposta trazida pelo Conselheiro
749 Titular do MST LESTE 1, Sr. Edilson Henrique Mineiro, sobre a realização de uma próxima
750 reunião extraordinária para debater a metodologia; considerou que o prazo que se iniciou
751 não significa que deverá ser percorrido novamente o mesmo processos, pois entende que
752 as propostas precisam ser incorporadas; reiterou seu apoio à proposta do Conselheiro
753 Suplente do CPM da Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães,
754 visto que a Prefeitura já possui material e que deverá conter na revisão para serem
755 utilizados e, a partir deste, poderia encaminhar uma minuta para que os Conselheiros
756 debatam sobre. **62)** Sobre o mesmo assunto, o Conselheiro Titular do Instituto Inácio
757 Monteiro Ação e Cidadania, Sr. José André de Araújo, declarou seu voto primeiro pela
758 “nulidade da votação”, visto que, de seu ponto de vista, as questões levantadas pelo
759 Conselheiro Titular do MST LESTE 1, Sr. Edilson Henrique Mineiro, precedem, pois o prazo
760 para revisão seria improrrogável em razão da vigência do decreto de situação de
761 emergência por conta da pandemia e não foi posto em votação sua proposta, assim como
762 a apresentada pelo Conselheiro Suplente do CPM da Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco
763 João Moreirão de Magalhães; declarou não ser contra a prorrogação do prazo, mas contra
764 a metodologia da própria reunião e solicitou que fosse realizada uma reunião
765 extraordinária. **63)** Em seguida, a Conselheira Titular do CPM da Macrorregião Sul 2, Sra.
766 Wellyene Gomes Bravo, justificou seu voto contrário à proposta apresentada por se
767 mostrar preocupada frente a experiência vivenciada no ano vigente, que ocorreu sem a
768 pactuação com o CMPU, de modo que, seu receio em prorrogar as discussões, de forma
769 apressada, em um prazo indeterminado, permitiria que os eventos se repetissem, razão
770 que a levou a se manifestar contrariamente. **64)** Dando continuidade, Conselheiro
771 Suplente do CPM da Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães,
772 considerou prudente que na própria reunião fosse determinada uma data para que seja

773 realizada a reunião em que será definida a metodologia e o regimento; ressaltou que o
774 CMPU entregou documentos suficientes, inclusive a carta lida na atual reunião, que traz
775 substancial material para que a Prefeitura se apoie na elaboração de uma minuta a ser
776 discutida; ressaltou que a partir da definição destes parâmetros, permitirá que os eventos
777 ocorridos na presente reunião não se repitam, em que não se mostra clara a validade do
778 encaminhamento deliberado; encerrou insistindo que seja definida a data da próxima
779 reunião, pois, a seu ver, se limitar exclusivamente sobre o prazo nada resolverá. **65)** Em
780 seguida, o Conselheiro Titular do CPM da Macrorregião Sul 1, Sr. Durval Tabach, afirmou
781 que seu voto favorável à proposta deliberada não significa que seja contrário à realização
782 de uma reunião para detalhar a metodologia, posição que, a seu ver, é compartilhada
783 pelos presentes; declarou também sua discordância da forma como foi conduzida a
784 votação, porque os que se abstiveram de votar tiveram seu voto computado como se
785 fossem a favor, o que não reflete a realidade. **66)** Na sequência, o Conselheiro Titular da
786 CICLOCIDADE, Sr. José Antônio Chinelato Zagato, enfatizou que sua posição na votação foi
787 de abstenção e que tal posição deveria constar em qualquer Regimento de qualquer
788 colegiado, especialmente do CMPU; ressaltou que os mesmos regramentos usualmente
789 contemplam que, matérias que antecedem ou substituírem a matéria principal a ser
790 deliberada, é votada anteriormente; enfatizou que, no início da reunião, pontuou a
791 questão do regimento e não foi dada a opção na abertura da votação quanto à
792 possibilidade de abstenção; refutou que qualquer registro por parte da Prefeitura de São
793 Paulo ou de quem o emitir, conste seu voto como contrário; ressaltou também que quanto
794 ao adiamento, o mesmo deveria ser condicionado à questão da metodologia e do
795 diagnóstico. **67)** Em seguida, a Conselheira Titular do POLIS, Sra. Margarete Uemura,
796 destacou que os Conselheiros não são contrários à prorrogação do prazo, mas que todos
797 que se posicionaram ressaltaram a importância em fazer uma reunião prévia para a
798 discussão da metodologia, e, como não foi atendido, levou-a solicitar novamente seu
799 agendamento. **68)** Na sequência, o Conselheiro Titular da FAUUSP, Sr. Nabil Georges
800 Bonduki, afirmou que aparentou ter ocorrido uma confusão no processo de votação e
801 propôs a realização de uma reunião extraordinária para a segunda quinzena de novembro
802 (quatro semanas após a presente reunião), para discutir a questão do método, e modo que
803 poderia encerrar o ano com o tema do prazo e da metodologia resolvidos. **69)** Encerradas

804 as falas, o Presidente ressaltou que havia proposto exatamente o que os Conselheiros
805 propuseram, ou seja, votar a proposta de prorrogação apresentada pelo Conselheiro
806 Titular da FAUUSP, Sr. Nabil Georges Bonduki, assim como realizar uma próxima reunião
807 para discutir a metodologia; ressaltou que toda o material produzido e recebido pela
808 Secretaria será considerada; lembrou aos Conselheiros de sua proposta de abrir um
809 prazo para que em vinte dias para o envio do material e recebimento de propostas para
810 que seja marcada, em seguida, a referida reunião; considerou que há comum acordo entre
811 os presentes sobre a convocação de uma reunião extraordinária nos próximos dias, mas
812 que haverá um prazo anterior para o recebimento de sugestões. **70)** Em seguida, o
813 Conselheiro Titular do Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania, Sr. José André de
814 Araújo, apresentou a questão de ordem que como não ficou definida a redação da questão
815 deliberada, e que conste no texto legal: “excepcionalmente seja prorrogado pelo mesmo
816 período, desde que devidamente fundamentado”; em segundo lugar, sugeriu a definição
817 da data para a realização da próxima reunião extraordinária. **71)** Retomando a palavra, o
818 Presidente enfatizou que o prazo aberto de vinte dias, a partir do próximo dia útil, será
819 para que os Conselheiros encaminhem suas sugestões e, após seu encerramento, será
820 convocada uma reunião extraordinária, conforme o prazo regimental; sobre a redação que
821 foi apontada na última questão de ordem, a mesma será feita de acordo com o que foi
822 proposto na hora da votação e será enviada a redação para todos os Conselheiros;
823 ressaltou que não poderá ser garantido exatamente o texto que o Poder Executivo
824 municipal encaminhará para a Câmara, pois deverá ser avaliado pela Assessoria Jurídica,
825 mas será apresentada com os mesmos termos que foi apresentado. Sobre o calendário de
826 reuniões, o Conselheiro Suplente do CPM da Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João
827 Moreirão de Magalhães, indagou se haveria alguma reunião ordinária agendada. Em
828 resposta, o Presidente afirmou que não há. **72)** Sobre a proposta da presidência, a
829 Conselheira Titular do CPM da Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo, solicitou
830 que encaminhe a proposta de metodologia antecipadamente, para que os Conselheiros
831 tomem conhecimento prévio, a fim de tornar a próxima reunião mais produtiva; ressaltou
832 que os Conselheiros da Sociedade Civil atuam de forma voluntária, diferente do poder
833 público, comentário e sugestão endossados pela Conselheira Titular do IAB-SP, Sra. Simone
834 Ferreira Gatti. **73)** Retomando a palavra, o Presidente declarou que estas solicitações já

835 haviam sido feitas e estavam totalmente contempladas pelo procedimento explicado, de
836 que a Secretaria sistematizará os materiais que possui e os encaminhará para os
837 Conselheiros e, dentro do prazo de quinze dias, será convocada uma nova reunião. Em
838 seguida, a Conselheira Titular do CPM da Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo,
839 destacou que os Conselheiros querem uma reunião extraordinária para tratar da
840 metodologia, e que compete ao Poder Público sua criação, que analise as falhas nas
841 propostas iniciais, e que seja encaminhada o quanto antes. Em resposta, o Presidente
842 declarou que estão em concordância, ou seja, que será encaminhado aos Conselheiros o
843 material, que se debruçarão sobre e farão a devolutiva e, somente depois disso, será
844 convocada uma reunião deliberativa com base nessas propostas. Por fim agradeceu a
845 presença e que todas as considerações foram úteis e ajudaram a construir uma solução e,
846 sem dúvida alguma, quem ganha é a cidade de São Paulo. **74)** A reunião foi encerrada às
847 17h59min.

ENTIDADES/MEMBROS AUSENTES:

Sociedade Civil: SETOR EMPRESARIAL 2

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS: SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO; SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO (1) – (ANTIGA SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS); SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS; CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (CIGABC); CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DE SÃO PAULO (CONISUD); CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DA BACIA ALTO JUQUERI (CIMBAJU); CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SÃO PAULO (CIOESTE); CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ (CONDEMAT).

PRESIDÊNCIA

JOSÉ ARMENIO DE BRITO CRUZ
PRESIDENTE SUPLENTE

ROBERTO AUGUSTO BAVIERA
PRESIDENTE SUPLENTE

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

ROSANE CRISTINA GOMES
TITULAR

MARIA FERNANDA PENHA MACHADO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

HELIANA LOMBARDI ARTIGIANE
TITULAR

PEDRO JOSÉ BOTANI
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

MARIA TEREZA GOMES DA SILVA
TITULAR

MARCELO HENRIQUE HANEDA PEREIRA
SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM (1)

TATIANA REGINA RENNÓ SUTTO
SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM (2)

TARCILA PERES
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA – SMJ

MARIA LÚCIA PALMA LATORRE
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SF

CLAUDIA BICE ROMANO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB

ANA CAROLINA NUNES LAFEMINA
TITULAR

RODE FELIPE BEZERRA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

ANA CLAUDIA CARLETTO
TITULAR

JULIANA FELICIDADE ARMEDE
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO – SEHAB

ELISABETE FRANÇA
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT

MICHELLE PEREA CAVINATO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS - SIURB

MARCOS MONTEIRO
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMMA

TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC

ANTONIA SOARES ANDRÉ DE SOUZA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO – SMDET

ALINE PEREIRA CARDOSO DE SÁ BARABINOT
TITULAR

JULIA DA MOTTA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SMIT

LILAINE APARECIDA BERTOLUCCI SOBRAL
SUPLENTE

SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO

LARISSA GARCIA CAMPAGNER
TITULAR

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB

JULLY KARYLIN DE CARVALHO SILVA
SUPLENTE

MEMBROS DAS SUBPREFEITURAS, POR MACRORREGIÃO

SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO NORTE 1

DARIO JOSÉ BARRETO
TITULAR

SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO NORTE 2

LUCIANA TORRALES FERREIRA
TITULAR

JOÃO JOVENTINO BEZERRA NETO
SUPLENTE

SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO OESTE

RENATO ASTORINO
SUPLENTE

SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO CENTRO

RODOLPHO FURLAN DOMINGUES
SUPLENTE

SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO LESTE 1

ABNER INÁCIO DA SILVA
SUPLENTE

SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO LESTE 2

LUCAS SANTOS SORRILLO
TITULAR

SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO SUL 1

ADNILSON JOSÉ DE ALMEIDA
TITULAR

SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO SUL 2

JOÃO PAULO LO PRETE
TITULAR

Sociedade Civil

MEMBROS DO CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL, POR MACRORREGIÃO

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE 1

MARINA CORREIA DA SILVA
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE 2

SIMONE APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA
TITULAR

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO OESTE

MAURÍCIO RAMOS DE OLIVEIRA
TITULAR

MARIA ANGÉLICA OLIVEIRA
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO CENTRO

STELA DE CAMARGO DALT
TITULAR

FRANCISCO CLAUDIO DO NASCIMENTO
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE 1

ELODIA FÁTIMA FILLIPNI
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE 2

ADEMILSON FERREIRA
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 1

DURVAL TABACH
TITULAR

ROSANGELA DE OLIVEIRA SILVENTE
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 2

WELLYENE GOMES BRAVO
TITULAR

ALEXANDRE LEITE PRAÇA MARX
SUPLENTE

MOVIMENTO DE MORADIA 1

MOVIMENTO DE MORADIA SEM TERRA – LESTE 1 (MST LESTE 1)

EDILSON HENRIQUE MINEIRO
TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 2

CENTRO DE PROMOÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL 26 DE JULHO

ELIETE CALISTO DA CRUZ
TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 3

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES SEM TETO DA ZONA NOROESTE

JULIETA APARECIDA TOLENTINO DE ABRAÃO
TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 4

UNIFICAÇÃO DE LUTAS DE CORTIÇOS E MORADIA (ULCM)

MOISÉS SANTOS ALVES DE LUCENA
TITULAR

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 1

INSTITUTO INÁCIO MONTEIRO AÇÃO E CIDADANIA

JOSÉ ANDRÉ DE ARAÚJO
TITULAR

MARISETE APARECIDA DE SOUZA
SUPLENTE

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 2

SOCIEDADE DOS AMIGOS DO PLANALTO PAULISTA (SAPP)

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA
TITULAR

JULIANA MILANESI MENNA BARRETO PREVEDEL
SUPLENTE

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 3

ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL E HABITACIONAL JOÃO DE BARRO (AAHJB)

EDENILDA DAS NEVES CARNEIRO SOUZA
TITULAR

VERÔNICA KROLL
SUPLENTE

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 4

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E MORADORES PELA PRESERVAÇÃO DO ALTO DA LAPA E BELA ALIANÇA
(ASSAMPALBA)

ROBERTO ROLNIK CARDOSO
TITULAR

MARIA LAURA FOGAÇA ZEI
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 1

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS
RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO (SECOVI SP)**

MARCIO JEHA CHÉDE
TITULAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INCORPORADORAS IMOBILIÁRIAS (ABRAINC)

JULIANA BRAGA PAVIATO
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 3

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA DE SÃO PAULO (ASBEA)

LUCIANA LINS NASCIMENTO
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 4

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO (ACSP)

BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT
TITULAR

**FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO
(FECOMÉRCIO/SP)**

EDUARDO DELLA MANNA
SUPLENTE

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT SP)

LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
TITULAR

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONG'S

INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ACESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS (PÓLIS)

MARGARETH MATIKO UEMURA
TITULAR

JULIANA LEMES AVANCI
SUPLENTE

ENTIDADES PROFISSIONAIS

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL - DEPARTAMENTO SÃO PAULO (IAB-SP)

SIMONE FERREIRA GATTI
TITULAR

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL
(1)**

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (MACKENZIE)

VIVIANE MANZIONE RUBIO
TITULAR

ANGÉLICA APARECIDA TANUS BENATTI ALVIM
SUPLENTE

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL
(2)

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FAU-USP)

NABIL GEORGES BONDUKI
TITULAR

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO (UNINOVE)

DANIEL TODTMANN MONTANDON
SUPLENTE

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS, COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (1)

ASSOCIAÇÃO DOS MUTUÁRIOS E MORADORES DA COHAB 1

MATEUS HENRIQUE BERTO MURADAS
TITULAR

PAULA RAFAELA GUABIRABA DO NASCIMENTO
SUPLENTE

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS, COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (2)

INSTITUTO CASA DA CIDADE

MARIA LÚCIA RAMOS BELLENZANI
TITULAR

CLÁUDIA GIBELI GOMES
SUPLENTE

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ASSOCIAÇÃO DOS CICLISTAS URBANOS DE SÃO PAULO (CICLOCIDADE)

JOSÉ ANTÔNIO CHINELATO ZAGATO
TITULAR

JULIANA TRENTO
SUPLENTE

MOVIMENTOS CULTURAIS, COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

COOPERATIVA DE TRABALHO DE ARTISTAS

THIAGO MESSIAS MORAIS DA SILVA
TITULAR

COOPERATIVA PAULISTA DE TEATRO

ANA CAROLINA MARINHO DANTAS
SUPLENTE

ENTIDADES RELIGIOSAS, COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO

MARIA DOS ANJOS BRÁS DOS SANTOS
TITULAR

MARIA BARBOSA ROCHA RASTELE
SUPLENTE

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CADES

ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - CMTT

SANDRA RAMALHOSO
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH

ADELCKE ROSSETTO NETTO
TITULAR